XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

A OCUPAÇÃO COMO PRÁTICA ORGANIZACIONAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E SEU COTIDIANO EM UMA UNIDADE UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Luiza Araújo Damboriarena
luizadamboriarena@hotmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

André Dias Mortari
andre.mortari@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Fabiano Milano Fritzen
fmfritzen@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

RESUMO

O final de 2016 foi marcado, no Brasil, por intensas mobilizações em oposição a projetos do governo Temer de congelar os gastos em saúde e educação por 20 anos, (Proposta de Emenda Constitucional 241/55) e de reformar a estrutura curricular do ensino médio (Medida Provisória 746), com a restrição da oferta das disciplinas de filosofia e sociologia e a exclusão do espanhol, além de permitir professores sem formação docente nos cursos técnicos. As mobilizações também incluíram greves dos técnicos-administrativos e docentes. O movimento estudantil se expressou pela ocupação de mais de 1.000 escolas e 200 Instituições de Ensino Superior. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram ocupadas 38 unidades. Uma destas, que congrega dois cursos de graduação e um de pós-graduação, é objeto desse artigo. Durante essa ocupação, que durou 31 dias, a rotina local passou a ser comandada pelos estudantes, que transformaram esse espaço em um ambiente de intenso debate e discussão política. As atividades de ensino e administrativas foram suspensas, e substituidas por ações político-culturais, tais como debates, aulas públicas na calçada, saraus, cine debates, festa para crianças (‘ocupinha’). O movimento de ocupação rompeu com a “normalidade” que imperava nesse espaço, fazendo, assim, uma crítica a vida cotidiana dominada pela rotina burocrática imposta pela ordem do capital. Esse novo cotidiano, construído coletivamente, de forma horizontal, mesmo que breve, permitiu que contradições e conflitos fossem revelados, assim como posibilidades. Nesse sentido, a ocupação é aqui interpretada como um ensaio do que Lefebvre (2014) chama de momento: a tentativa de realização de uma possibilidade, com uma duração específica, a partir de uma conscientização e decisão que rompe com a ambiguidade inerente ao cotidiano. O objetivo desse trabalho é dar visibilidade à práticas organizacionais, tais como foram as de ocupações estudantis, por sua crítica a ordem imposta pelo capital, e dar relevância para as proposições de Henri Lefebvre, sobre a vida cotidiana, para o estudo dos movimentos sociais. As informações foram coletadas através de observação participante e complementadas com dados secundários.

ABSTRACT

The end of 2016 was marked by strong mobilizations in Brazil in opposition to Temer government projects to freeze outlays on health and education for 20 years (Constitutional Amendment Proposal 241/55) and to reform the secondary education curricular structure (Provisional Measure 746), with the restriction of philosophy and sociology disciplines offer and the exclusion of Spanish, besides allowing teachers without teacher training in technical courses. The mobilizations also included strikes by administrative staff and teachers. The student movement was expressed by the occupation of about 1000 schools and 200 institutions of higher education. At the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) 38 units were occupied. One of them, which congregates two undergraduate and one graduate courses, is the object of this article. In this period, which lasted 31 days, the local routine was drived by the students, who transformed that space into an atmosphere of intense debate and political discussion. The educational and administrative activities were suspended, and replaced by political-cultural actions, such as debates, public lectures on the sidewalk, cultural gatherings, cine debates, children's party (‘ocupinha’). The occupation movement disrupted with the "normality" that used to prevail in this space, thus criticizing daily life dominated by the bureaucratic routine imposed by the capital order. This new daily life, built collectively and horizontally, although briefly, allowed

contradictions and conflicts to be revealed, as well as possibilities. In this sense, occupation is here interpreted as an essay of what Lefebvre (2014) calls the moment: the attempt to realize a possibility, with a specific duration, from an awareness and decision that breaks with the ambiguity inherent in daily life. The aim of this work is to give visibility to organizational practices, such as those of student occupations, for their critique of the order imposed by capital, and to give relevance to Henri Lefebvre's propositions on everyday life for the study of social movements. The information was collected through participant observation and complemented with secondary data.

Palavras-chave

Ocupação estudantil, teoria dos momentos e práticas organizacionais

Keywords

Student occupation, theory of moments and organizational practices.

I. Introdução

Em contraposição às medidas adotadas pelo Governo Temer – de congelar os gastos em saúde e educação por 20 anos, (Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 – Câmara de Deputados; 55/2016 – Senado)[1]; de reformar o Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016)[2], restringindo a oferta de cursos de filosofia e sociologia, excluindo o espanhol e autorizando professores sem formação docente nos cursos técnicos; e eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringindo os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento (PLS 193/2016 – Projeto de Lei Escola sem partido)[3] – uma onda de ocupações em escolas e universidades se alastrou pelo Brasil lideradas pelo movimento estudantil no segundo semestre de 2016.

Essas manifestações ocorreram, de maneira geral, como forma de resistência a essas políticas de impacto direto na educação pública. Cientes de que esse novo governo não estava aberto ao diálogo, justamente por propor tais medidas sem uma ampla discussão com a comunidade, e influenciados

[1] https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337
[2] Transformada na Lei Ordinária 13415/2017 – http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm
[3] https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666

pelo movimento secundarista de ocupação ocorrido em São Paulo em 2015, estudantes do Brasil inteiro mobilizaram-se para ocupar os espaços de ensino como meio de luta.

No país, o movimento de ocupações estudantis começou nas escolas de São Paulo, em 2015, na tentativa de barrar a proposta de restruturação das escolas estaduais, chamada de "Reorganização Escolar", proposta pelo governador daquele estado, Geraldo Alckimin. O projeto consistia, basicamente, em fazer com que as escolas funcionassem com apenas um ciclo: Fundamental I (1º ao 5º ano), Fundamental II (6º ao 8º ano) e Ensino Médio (antigo segundo grau). Além disso, só se poderia estudar em um colégio até 2 quilômetros de distância de sua casa, fazendo com que o direito de 'passe livre' nos transportes públicos fosse extinguido. Isso, na prática, significava o fechamento de diversas escolas e agrupamento dos alunos em turmas maiores. Essa mudança também forçaria diversos jovens a mudar seus locais de estudo, desconsiderando seus vínculos com a escola (UBES, 2015).

Logo depois do anúncio da restruturação do ensino, ocorreram manifestações puxadas, principalmente, pelos professores nas ruas próximas às escolas estaduais, que foram somadas, posteriormente, pelos estudantes, sem resposta efetiva do governo frente a esses grandes atos, além da repreensão policial. Nesse contexto, inspirados pelos movimentos estudantis chileno e argentino que ocorreram, respectivamente, em 2006 e 2010, conhecidos como "Revolta dos Pinguins"[4] e "Estudantiazo"[5], juntamente com o apoio do coletivo O Mal Educado[6], que traduziu a cartilha intitulada "como ocupar um colégio" desenvolvida pelos estudantes argentinos, os secundaristas paulistas se articularam e decidiram ocupar as escolas ameaçadas de fechamento (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016; UBES, 2015).

[4] O movimento estudantil chileno, inspiração para os levantes dos estudantes brasileiros, levou, em 2006, mais de 600 mil secundaristas chilenos foram às ruas para exigir reformas no sistema educacional herdado do regime militar, com a posterior ocupação de mais de 600 escolas,.A revolta ganhou esse nome em função do apelido dado aos estudantes pelo seu uniforme preto e branco, composto de terno e gravata (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016).

[5] Em 2010, na Argentina, mais de trinta escolas da capital Buenos Aires foram ocupadas pelos secundaristas, pela reivindicação de melhores condições de infraestrutura e uma reforma no ensino do país, no movimento conhecido como *"Estudiantazo"*, também inspirado na Revolta do Pinguins. Na ocasião, os estudantes escreveram um diário de bordo no qual descreviam suas experiências na ocupação, que derivou na cartilha *"como tomar um colegio"* (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016)

[6] Coletivo de alunos que se dedica a registrar e divulgar algumas experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas (O MAL EDUCADO, 2017).

Com a massificação do movimento, chegando a centenas de escolas ocupadas por cerca de 30 dias, o governador Geraldo Alckmin, para evitar maior desgaste político, suspendeu o processo de reorganização escolar e destituiu o então Secretário de Educação, Herman Voorwald. Posteriormente, com a suposta vitória do movimento (a reivindicação dos alunos requeria a revogação da medida) e a pressão pelo retorno da ordem burocrática, inicia o processo de desocupações voluntárias e não voluntárias. Entretanto, no resto do país, influenciadas pela luta dos estudantes paulistas, surgem novas ocupações de pautas locais diversas, a exemplo de Goiás, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e seus embates contra a terceirização do ensino público, a diminuição de vagas na rede pública e o passe livre estudantil, respectivamente (UBES, 2015).

No ano seguinte, com o anúncio da proposta de reformulação do Ensino Médio, por meio da Medida Provisória 746, aprovada em fevereiro de 2017 no Senado, seguida da Proposta de Emenda Constitucional 55, também aprovada no Senado, em dezembro de 2016, estudantes secundaristas voltaram-se a articular para ocupar suas escolas, retomando o movimento que ficou conhecido como Primavera Secundarista. O movimento, em 2016, tomou proporções muito maiores e se alastrou rapidamente, chegando a 19 estados e no Distrito Federal, alcançando, inclusive, as universidades, com mais de 1000 escolas e 260 universidades ocupadas. As mobilizações também incluíram greves dos técnicos-administrativos e dos docentes, solidários ao movimento (UBES, 2016).

As ocupações, diferente de outras formas de protesto, consistem em uma experiência mais intensa de ativismo e militância, sendo também um espaço de aprendizado e formação política. Uma experiência que tem sua lógica construída nas necessidades e interesses coletivos, em que as pessoas se reconhecem, ganham mais controle e conhecimento de suas vidas. E, uma possibilidade efetiva de crítica à vida cotidiana.

Os movimentos de ocupação também podem ser vistos como uma prática organizacional, na medida em que organizam o tempo, o espaço, o cotidiano, deliberam, constroem estruturas, definem agenda, articulam projetos e planos etc. de acordo com os próprios interesses. Uma organização que tenta, em alguma medida, se afastar da concepção dominante de organização racional burocrática, sinônimo de prática gerencial, na medida em que desafia os condicionamentos de hierarquia, impessoalidade, formalismo e individualismo que esse modo de organizar impõe.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo dar visibilidade a práticas organizacionais que fogem da lógica dominante, da concepção de organização capitalista, racional burocrática, como foram as ocupações estudantis, e que, em um movimento oposto, contestam os seus pressupostos.

II. Marco Teórico

De acordo com Mészáros (2002), o capital, esse modo singular e totalizador de controle sociometabólico, requer uma estrutura de comando adequada para suas importantes funções, sendo a burocracia a mais eficiente delas. Ela consiste em um sistema de controle sem sujeito, em que o controlador é na verdade controlado pelas exigências fetichistas do próprio sistema do capital. Seu propósito é assegurar e salvaguardar o controle do capital sobre o corpo social e, simultaneamente, perpetuar a subordinação estrutural do trabalho ao capital.

A reprodução ampliada do capital pressupõe várias organizações burocráticas especializadas, ao que Motta (1979, p. 65) caracteriza como uma "textura organizacional burocrática" presente nas mais diversas esferas da vida social em coparticipação com o processo de acumulação e que reproduzem as relações sociais típicas do sistema econômico em que se baseiam.

A burocracia, como modelo principal das instituições que organizam a vida social, incluindo as empresas e o Estado, passa a organizar não apenas o trabalho, mas toda a vida em sociedade. A vida cotidiana, como não poderia deixar de ser, se torna um dos seus alvos mais importantes, sendo organizada, programada e sistematizada de modo a possibilitar a reprodução das relações sociais fundamentais para a acumulação de capital.

O cotidiano é um produto do modo de produção, das suas relações e da maneira como os homens se organizam socialmente. O modo de produção não se limita a produção material dos homens, ele envolve e implica um modo de existência, e é na vida cotidiana que ele se expressa e se reproduz (LEFEBVRE, 2014).

No modo de produção capitalista, a esfera econômica se tornou predominante e determinante no desenvolvimento humano. A sociedade perdeu seu caráter cíclico (ritmos e ciclos naturais) e

assumiu um caráter linear (tempo cotidiano hierarquicamente organizado, passível de ser quantificado e homogeneizado), em que o tempo da vida é dominado pela ditadura da administração e contabilidade do tempo do capital, modelado no tempo quantitativo dos relógios. Este tempo homogêneo e dessacralizado emergiu vitorioso na medida em que o tempo de trabalho, o tempo cronometrado, passou a organizar as demais dimensões da vida social: as horas de sono, as refeições, as horas da vida privada, as horas de lazer e entretenimento, as horas de atividades domésticas. Os novos mecanismos de auto-regulação introduziram novas contradições fundamentais, referentes ao caráter social do trabalho produtivo e à propriedade privada dos meios de produção, derivando em um antagonismo de classe entre capital (classe burguesa) e trabalho (classe proletária), a prevalência da troca sobre o uso, o surgimento da classe média, o consumo generalizadoção da cientificidade pela técnica etc. (LEFEBVRE, 2014).

O cotidiano ditado pelo ritmo do capital é marcado pela prevalência da troca sobre o uso, do quantitativo sobre o qualitativo; pela degradação do trabalho e a desvalorização da sua capacidade criadora; pela supressão do papel ativo da classe trabalhadora; pelo surgimento da classe média, que torna os limites de classe complexos e fluídos; pela urbanização massiva; pela publicidade e pelo consumo generalizado; pela substituição da noção de cidadão pela de usuário; pela cientificidade e pela técnica; pelo mito da transparência, pela ideologia do fim das ideologias etc. (LEFEBVRE, 2014).

Ele se torna um espaço e tempo empobrecido, relegado ao repetitivo, mecânico, passivo e alienado. Um conjunto de atividades fragmentadas, isoladas em seu próprio terreno – o trabalho, a vida privada, a vida familiar, os lazeres – exploradas racionalmente. Nele, a práxis tende a ser repetitiva, a espontaneidade tende a ser sufocada, os conflitos tendem a ser harmonizados, os comportamentos 'normalizados' e as possibilidades obscurecidas. As necessidades se tornam cegas, apenas uma se impõe, a necessidade de 'ganhar a vida'. Nesse contexto, as pessoas não questionam a forma como vivem, consideram essa vida como única possível. Assim, o cotidiano é marcado pelo que Lefebvre (2014) chama de ambiguidade, em que as aparências e o real se fundem.

A ambiguidade, segundo Lefebvre (2014, p. 344), é uma característica do cotidiano em as que as contradições são desconhecidas, sufocadas ou não reconhecidas como tal, em que não se tem consciência dos problemas e dos caminhos possíveis. Ela é o domínio da trivialidade cotidiana.

Entretanto, ela não é permanente. Quando a realidade é revelada, contestada e negada, a ambiguidade é desmantelada por uma decisão que irrompe o tempo contínuo em um antes e depois.

Ela é suplantada em períodos de agitação social, quando se ganha consciência dos problemas, contradições e possibilidades, quando há um momento de bifurcação e decisão que rompe a ordem estabelecida. Ou, ainda, quando ando há uma desregulação nos ritmos e a repetição produz uma diferença, ocasionando uma lacuna, um buraco no tempo, que pode vir a ser preenchido com elementos novos (LEFEBVRE, 2014).

Isso porque, para Lefebvre (2014), o real vem sempre acompanhado do virtual, ou seja, toda realidade comporta possibilidades. Sem possibilidades não há atividade humana, nem realidade, a menos que seja uma realidade morta, com uma única possibilidade: manter-se como está. O real e o possível têm uma relação dialética. O possível invoca sua presença na medida que começa a destruir e negar o real. Ele implica uma escolha e um ato, que torna o que era inicialmente impossível em possibilidade, modificando, assim, os limites no processo de tornar-se (LEFEBVRE, 2014).

Entretanto, para compreender a realidade dialeticamente e ser capaz de negá-la é necessário consciência. Segundo o autor, a consciência nasce de um problema, de contradições e conflitos, ou, ainda, quando o real tornou-se inadequado. Ela questiona e nega o real concreto e, junto, faz nascer uma possibilidade que se transforma em ação e, consequentemente, em uma nova realidade. Uma de suas condições é o enfraquecimento da realidade estabilizada e estruturada, pois, na solidez de um real auto-suficiente e auto-satisfeito, a consciência adormece, deixa de ser consciência. Ela tem algo de transicional, isto é, se ilumina ou se apaga, transforma-se ou permanece a mesma, mas nunca por muito tempo. Logo, é através da consciência que os problemas são postos, que as contradições são reveladas e escolhas são feitas. São essas escolhas que possibilitam romper com a ambiguidade da vida cotidiana, por uma diferença que brota no processo contínuo da repetição, geralmente, fruto da contestação e do agir espontâneo (não condicionado).

Em períodos em que a ambiguidade reina, em que não se tem consciência dos caminhos possíveis, a práxis tende a ser repetitiva. Ela mantém a estabilidade da estrutura social ao reproduzi-la repetidamente, ou seja, garante a continuidade das relações de produção. O devir humano também envolve uma práxis criativa que interfere no processo transformador. A práxis criativa deriva da

prática repetitiva. Através de estímulos, valores e conflitos, ela cria obras e novas práticas que modificam as relações humanas (incluindo sua dimensão ética). Enquanto uma gera produtos, a outra é geradora de obras. A atividade humana integra o movimento entre ambas.

Segundo Lefebvre (2014), a práxis também compreende, juntamente com a repetição e a criação, o vivido e o viver. O vivido corresponde ao conjunto de experiências sociais, ao realizado ou o que está em processo de ser realizado. Não como resultado inerte da vida, nem como consciência vaga. Ele é obra, viva ou morta, da práxis humana. "É o que eu faço, seja lá o que eu saiba, na minha própria luz e dentro dos meus próprios horizontes". Contudo, o vivido não pode ser definido plenamente sem o viver. O viver é o contexto e o horizonte do vivido, suas expectativas e possibilidades. O vivido é da ordem do real, presente, enquanto o viver é da ordem do virtual, presença. Indissociáveis, entre os dois se estabelece uma relação dialética que envolve a consciência e a práxis (LEFEBVRE, 2014).

> O "viver" não tem fronteiras precisas. Sempre mais vasto, sempre virtual, convoca o "vivido" e o provoca. No centro desta paisagem instável, vulcânica e tempestuosa, o "vivido" é como a tenda de um nômade. É sempre o que foi realizado, ou o que "está" no processo de ser realizado, e assim substituído, porque é sempre decepcionante e em declínio, mesmo enquanto está sendo realizado (LEFEBVRE, 2014, p. 342).

Esta relação dialética marca a vida cotidiana como uma viagem de ida e volta entre ambos. Nela, uma constante tentativa de realização do viver é empreendida, fruto das expectativas de um futuro desejado dentre aquilo que o vivido diz ser possível. O resultado é sempre um novo vivido, ora mais e, ora menos próximo àquilo que se buscou, mas nunca igual. É por essa busca de 'outra coisa' (viver) que a consciência evita sucumbir à alienação (LEFEBVRE, 2014).

Desenvolvidos todos esses conceitos, pode-se dizer que o processo de tornar-se, ocorre por um desenvolvimento desigual, por ritmos cíclicos e lineares, por movimentos contínuos e descontínuos, por uma práxis repetitiva e criativa, sendo a vida cotidiana o solo onde esse fluxo acontece. Assim, o cotidiano não pode ser visto apenas como um campo inerte, condicionado pela organização da produção. Apesar da ambiguidade e das alienações, as escolhas e as ações humanas, por uma práxis consciente, também fazem brotar uma forma mais elevada de repetição: uma renovação, um reaparecimento, fruto do reconhecimento de certas relações com a alteridade (o outro) e com o eu. Tal repetição pressupõe a percepção (confusa ou clara) de uma analogia e uma diferença

no tempo de vida, isto é, uma modalidade específica de repetição. Ela causa uma irrupção no tear da continuidade, no tecido do vivido, pela intervenção fundamental do negativo que leva à conscientização. Essa repetição privilegiada é o que Lefebvre (2014) entende como 'momento'.

O momento, segundo o autor, faz uma crítica à vida cotidiana através da contestação e da ação. Ele é constituído por uma escolha que o destaca e separa da ambiguidade. Se a ambiguidade é a regra, o momento é a exceção. Sua existência pressupõe a conscientização do vivido e seu caráter contestatório é orientado pelo viver, pela projeção que os caminhos possíveis revelam. Ele é a tentativa de alcançar a realização total de uma possibilidade. O momento nasce no cotidiano e do cotidiano. É nele que se funda seu conteúdo. É ele que o momento nega e abre para as possibilidades. É igualmente nele que se toma a decisão inaugural pela qual o momento começa. Essa decisão, que carrega o seu conteúdo, transforma o que era impossível em possível. O momento consiste, então, em uma possibilidade impossível (LEFEBVRE, 2014).

Sobre o momento é possível afirmar, ainda: (i) não aparece simplesmente em qualquer lugar, a qualquer momento, pois tem antecedentes e motivos que se formam antes mesmo da sua irrupção; (ii) tem história e memória, fruto da empreitada criativa dos indivíduos que se reconhecem nela; (iii) ele se exaure no ato de ser vivido e, assim, tem uma duração específica, até a inevitabilidade de sua própria morte, quando a realidade retorna à alienação; (iv) não deve ser confundido com uma situação, mas como criador de situações que abandonam a trivialidade do vivido e passam para o comando do viver. A análise implica em caracterizá-lo como percebido, situado e distanciado em relação a outro momento no cotidiano, pois é nele que a possibilidade se torna aparente e que o cotidiano pode, então, ser negado. É no momento, quando ele se politiza, que ocorre a radical descontinuidade, a pura e absoluta contestação (LEFEBVRE, 2014).

Entretanto, apesar dos momentos perturbarem as estruturas que permitiram seu acontecimento, eles só são possíveis em determinadas circunstâncias e por um tempo limitado, dado que a força ordenadora do cotidiano se impõem novamente. No seu acontecimento, a vida cotidiana fica suspensa ou modificada, e a alienação cede espaço para uma relativa desalienação, que se converte em realienação pela ação das forças sociais conservadoras, que buscam solidificar mais uma vez a

recorrência da vida diária. Ou, até que a vida cotidiana se torne o trabalho essencial de uma práxis que finalmente se tornou consciente (LEFEBVRE, 2014).

A teoria dos momentos permite pensar as ocupações como uma tentativa de realização de uma possibilidade. Ao confrontarem a reprodução cotidiana do capital, os estudantes rompem com a ambiguidade presente nesses espaços, desvelam as contradições e conflitos, possibilitando uma certa desalienação e conscientização dos possíveis. A suposição é que a intensidade do caráter contestatório se expressa na relação entre o vivido e o viver de cada indivíduo.

Entretanto, há o risco das pessoas privilegiem o vivido e se distanciem do viver, ou, ainda, fiquem inebriadas com um viver que se tornou vivido, como um possível realizado, na medida que esse cotidiano se torna satisfeito e estabilizado. Em outros termos, quando a consciência se volta mais para a experiência do que para a luta, isto é, quando ela se posiciona na realidade estabilizada, ela cessa a busca pela realização e adormece. E, sem consciência, as possibilidades morrem. O risco, então, é que o movimento se torne um fim em si mesmo.

III. Análise de Dados

O Movimento de Ocupações, a partir da vivência dos autores como militantes da causa, é aqui compreendido como um 'momento' em que as pessoas ganharam mais controle e consciência de suas vidas, em que o espontâneo se sobrepôs as ações repetidas e condicionadas pela ordem do capital, em que o antigo cotidiano foi colocado em suspenso, e um novo foi definido, pensado e construído coletivamente. Durante a ocupação, o tempo dedicado a tentar transformar o cotidiano, mesmo que de forma breve e limitada, foi maximizado. A ocupação representou, nesse sentido, para os seus participantes, uma um espaço de aprendizado e formação política.

Na Universidade ocupada pelos autores, o Conselho Universitário aprovou uma moção de apoio ao movimento de ocupações na Instituição, dando legitimidade às iniciativas dos estudantes, posicionando-se solidário à luta, em defesa da educação pública e repúdio a PEC 55, a Reforma do Ensino Médio e o Projeto Escola Sem Partido. Além disso, um dos sindicatos dos docentes e os técnicos administrativos deflagraram greve em solidariedade ao movimento, paralisando, assim, suas atividades.

Cada unidade universitária passou por um processo próprio de ocupação, em função das peculiaridades locais, como o contingente de alunos adeptos, condições físicas do prédio (alguns locais não possuíam cozinha, chuveiro, além da localização geográfica e segurança), apoio dos professores e servidores, da colaboração de mantimentos etc., que definiram, em grande medida, a capacidade de permanência das ocupações.

Os estudantes da Unidade em análise se organizaram de modo independente, sem adesão a formas e regras pré-existentes, sem influência de instituições burocratizadas, por um processo de tomada de decisões horizontal, mediante debates e assembleias, pelo qual todos tinham voz ativa e a decisão final era sempre por consenso ou aprovação pela maioria. A tomada de decisão, feita no momento da deflagração da ocupação, era repetida todos os dias com fins de manter ou não. Nesse sentido, a tentativa, por parte da Direção da Unidade, de apontar líderes para o Movimento foi, desde o início, frustrada em razão da forma como o mesmo se organizou.

O desenrolar das ocupações se deu no e pelo cotidiano, acompanhado do surgimento de questões, especialmente, políticas de cada caso e contexto. O prolongamento do processo de ocupação estudantil criou rotinas, nas quais o cotidiano, a vivência e a habitabilidade iam sendo pensadas, discutidas e organizadas progressivamente. Várias frentes foram formadas, como limpeza, alimentação, comunicação etc. A diversidade de equipes variava conforme a extensão temporal, o volume de membros e a intensidade do movimento, mas, de maneira geral, seguiu a lógica das necessidades surgidas no dia-a-dia. Por mais que as tarefas fossem divididas, todos eram atores importantes. Como a ocupação operava em esquema de revezamento, cada dia um poderia ser porta-voz, atuar na vigilância e ronda do prédio, na cozinha, em negociações com autoridades, etc. A organização e manutenção do espaço físico também ficou sob a responsabilidade dos estudantes.

Entretanto, mesmo o movimento lutando em defesa da educação, sendo a universidade uma das mais afetadas e interessadas, o que dividiu posicionamentos e rompeu com a suposta neutralidade em que muitos se apoiavam, foi a paralisação das atividades, isto é, a interrupção da rotina burocrática que imperava nesses espaços. A própria Reitoria e as Direções das unidades, que se diziam contra as medidas que estavam sendo propostas, não toleravam esse contra fluxo, estabelecendo um embate incessante com os estudantes, desde o início, para que os mesmos liberassem os espaços, ou pelo

menos parte dele, para garantir a continuidade da rotina burocrática. A Direção da Unidade aqui retratada não apenas desconsiderou as pautas levantadas pelo movimento como também se utilizou de aparato jurídico para impor medo e promover seu descrédito entre a comunidade acadêmica. Um grupo de professores da Unidade em análise, por sua vez, emitiu oficialmente um comunicado posicionando-se contra a ocupação. Contudo, não propuseram alternativas para um debate sério e comprometido a fim de enfrentar a gravidade dos fatos que o Movimento propunha discutir.

Assim, as contradições e os conflitos foram explicitados, as aparências foram desmistificadas e o antigo cotidiano (condicionado e alienado) foi colocado em suspenso. Esse processo, que possibilitou uma consciência crítica e social, para alguns pela primeira vez, fez com que esses alunos não se percebessem apenas como meros consumidores de conhecimento, e sim como sujeitos ativos, engajados com os problemas reais. Em outro ponto, a solidariedade na luta comum, a unicidade de objetivos e, principalmente, a convivência intensa despertaram relações de amizade e cumplicidade que, em condições "normais", isto é, em condições da vida burocratizada, levaria um tempo bem mais longo para se formar.

Por essa razão, os autores entendem que o movimento de ocupações oportunizou, acima de tudo, uma crítica a vida cotidiana, visto que rompeu com a "normalidade" do cotidiano, ao paralisar, em grande medida, a rotina burocrática da referida instituição de ensino, trazendo formas alternativas de vivência e aprendizado dentro de seus espaços. Os estudantes criaram suas próprias regras, suas próprias pautas e meios de organização. O debate sobre as questões políticas se intensificou e ganhou prioridade e a suposta neutralidade, atrás da qual muitos se escondiam ou se isentavam, dividiu os posicionamentos. Tal neutralidade foi questionada, por exemplo, na postura de alunos que se negavam a participar das assembleias estudantis da unidade, mas apoiavam processos deliberativos postos em curso a partir da coleta de opiniões em redes sociais, tendo sido esse, inclusive, um forte argumento contra os alunos ocupantes, acusados de desrespeitar uma decisão alegadamente majoritária. Não obstante, vale ressaltar que tal argumento falacioso foi amplamente utilizado não apenas por estudantes, mas também pela Direção e professores da referida unidade no intuito de desmoralizar o movimento.

A persistência da ocupação era colocada à prova constantemente, seja pelas condições materiais, seja pelo jogo político com aqueles que discordavam do movimento. Inúmeras foram as ocasiões em que os órgãos de imprensa foram chamados para registrar em vídeo a encenação de insatisfação de um pequeno grupo que se postava em frente aos portões da Unidade para esbravejar contra os ocupantes e intimidar apoiadores. Ou, ainda, grupos contrários, intitulados como desocupa UFRGS, faziam ameaças explícitas, tanto em rede sociais, como nos portões, através de filmagens, acontecendo casos, inclusive, de queimarem cartazes do movimento.

Os servidores terceirizados, que ali permaneceram trabalhando sob pena da ameaça de demissão, se tornaram aliados na luta, e as suas reivindicações foram incorporadas às do movimento, já que vivenciam a realidade de trabalhadores que atuam na universidade sem, no entanto, desfrutar dos mesmos direitos que seus servidores. Entre as pautas que esses trabalhadores agregaram ao movimento, vale destacar: (i) a inexistência de espaço de descanso e higiene, (ii) a realização de atividades não previstas em seus contratos de trabalho, (iii) a sobrecarga de trabalho resultante da alta rotatividade, (iv) a precariedade de uniforme e demais ferramentas de trabalho, entre outras.

Nesse contexto, os estudantes foram também acusados de autoritários por prejudicar o direito individual de ir e vir daqueles que queriam “estudar” e “trabalhar”, ou seja, consumidores inertes e passivos do conhecimento e trabalhadores obedientes e condicionados. Sua maior preocupação eram os prazos: o calendário escolar que não seria cumprido, as férias que seriam adiadas, as atividades que ficariam acumuladas etc., indiferentes ao cenário futuro, que ameaça esse direito. O que ficava claro era a prevalência do interesse individual sobre o coletivo, nada mais previsível em uma sociedade que tem esse valor como eixo central. Cabe destacar, contudo, que as demandas apresentadas pela Direção da Unidade, durante o período da ocupação, jamais permaneceram sem resposta, tendo sido, em grande parte, atendidas, a exemplo do processo de seleção de candidatos à pós-graduação da Unidade e os diversos servidores técnico-administrativos que tiveram sua entrada garantida para a execução de atividades consideradas de caráter urgente. Ainda assim, desconsiderando a importância do debate proposto pelo movimento, propunha-se frequentemente sua criminalização, inclusive em mídias de circulação regional.

Além disso, a quebra com o cotidiano gerou um grande desconforto naqueles que estavam condicionados por uma práxis repetitiva, de obediência as regras e ordens estatuídas pelo capital. A dificuldade, segundo Flores (2017), estava em "[...] entender as condutas em situações inesperadas como o rompimento dos fluxos cotidianos de uma vida em sociedade no capitalismo burocrático. Ora, quando algo ou alguém trava o fluxo da burocracia, trava também os sentidos subjetivos construídos nas ações individuais e coletivas."

Mas era justamente no combate a essa visão individualista que os estudantes defendiam a importância de romper com esse cotidiano alienado e discutir tais questões que, na rotina mecânica e condicionada, não eram percebidas e/ou não recebiam a devida importância. Assim, a principal tarefa, ao longo desse período, foi promover um espaço de reflexão e debate, fora dos "moldes comuns", por uma nova lógica de aprendizado e vivência. As ocupações, nesse sentido, possuíam uma agenda de atividades culturais, tanto para o público interno quanto externo, como aulas públicas, que ocorriam, inclusive, nas calçadas; cine debates; rodas de discussão; saraus; "ocupinhas" (atividade para crianças); atos na rua, entre outras.

Com a aprovação da PEC 55 no Senado, no dia 13 de dezembro, o movimento de desocupações também foi ocorrendo de diferentes formas, em diferentes etapas. Na unidade em estudo, a aproximação dessa data gerou sentimentos e comportamentos controversos. Alguns defendiam a permanência da ocupação como simples contestação da ordem vigente sem, no entanto, propor uma agenda de atividades para manter o grupo coeso e motivado. Outros acreditavam que o ato de desocupação deveria ser grandioso, com exposição na mídia local, a fim de passar uma imagem de vitória, mesmo ante a aprovação da PEC 55. Em um cenário de esvaziamento do apoio externo e diminuição de estudantes efetivamente participando da ocupação, outro grupo defendia pensar o processo de desocupação em tudo o que esse implicava, ou seja, desde a negociação com a Direção da Unidade, a busca por garantias mínimas de não criminalização do Movimento até, certamente, o processo de desocupar propriamente dito, o qual demandaria muito trabalho para retirar da Unidade tudo aquilo que ao longo de 30 dias de ocupação fora levado para dentro do prédio de 4 andares e aproximadamente 3.200 metros quadrados. Foi um momento de desgaste para todos os envolvidos já que a razão que havia levado a ocupar a Unidade havia sido superada pela votação da PEC pelos

senadores. Ao mesmo tempo, o grupo permanecia ocupando sem pautar novos debates e sem pensar uma agenda pós-ocupação, mobilizando a luta em outros espaços. Percebe-se, aqui, a temporalidade do momento de Lefebvre (2014). A irrupção já havia passado e o processo encaminhava-se para nova alienação, preso a linearidade monótona do cotidiano.

Pode-se afirmar, dessa forma, que o processo de ocupar liberta, em certo sentido, esses espaços da ordem dominante, dos ditames do mercado, das regras do Estado, da lógica do urbano, e possibilita uma conscientização e novas formas de convivência, relações mais horizontais e não hierárquicas. Entretanto, o ocupar não deve ser um fim em si, mas o meio pelo qual se luta para a concretização de um projeto maior. Nestes espaços nada é pré-definido. Tudo está em permanente construção através do consenso que define a marcha do movimento.

IV. Considerações Finais

A tentativa de romper com o cotidiano, como tentaram alguns militantes que ocuparam seus locais de ensino, é um processo que traz, de um lado, estranhamento, desconforto e revolta, principalmente naqueles presos a regras e normas, de maneira inquestionável; de outro, desvela contradições, incita a reflexão, a consciência e estimula a práxis na realização de novas possibilidades.

Na unidade analisada, a mobilização dos estudantes rompeu com a "normalidade" e "neutralidade" que imperava nesse espaço, expondo conflitos e interesses até então "inexistentes", principalmente contraditórios no ambiente de uma universidade pública que se viu questionada por ser subserviente a lógica de acumulação capitalista. Serviu para unir e articular grupos dispersos e invisibilizados. Deflagrou a situação precária dos servidos terceirizados dentro da Universidade. Possibilitou um espaço de reflexão sobre as práticas burocratizadas da vida acadêmica. A ocupação promoveu debate e discussão de temas políticos, até então silenciados. Permitiu questionar, inclusive, seu papel na lógica de acumulação capitalista. E aqueles que ali se engajaram não saíram iguais desse processo pela consciência despertada.

Apesar de toda contestação e luta envolvida, a rotina mecânica burocrática do capital voltou a reinar nesse espaço, seja pelo esforço de nossos opositores em silenciar e desmerecer a importância do movimento, seja pela própria desmobilização dos estudantes envolvidos. Essa desmobilização impossibilitou a manutenção de uma agenda continuada de luta ao fim do processo de ocupação. E a inércia resultante foi nutrida por um sentimento de saudosismo, por uma valorização exarcebada do vivido, que se afastou do viver. De qualquer modo, sabemos que sementes foram plantadas e aprendemos que através da organização e da luta é possível abalar as estruturas. Porém, segundo Lefebvre (2014), somente quando os homens não aceitarem mais continuar a viver como antes, ou seja, recusarem o cotidiano vivido para dissolvê-lo e transformá-lo, é que mudanças efetivas podem acontecer. Do contrário, as antigas relações se reconstituem.

V. Referências

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out/dez., 2016

_____. Estudantes defendem ocupações em reunião com Reitoria: 'um semestre não vale 20 anos de congelamento'. Sul21. Porto Alegre, 18 nov. 2016. Disponível em: http://www.sul21.com.br/jornal/estudantes-defendem-ocupacoes-em-reuniao-com-reitoria-um-semestre-nao-vale-20-anos-de-congelamento/

FLORES, Rafael. Ocupar a legitimidade das regras. Sul21, Porto Alegre, 19 dez. 2016. Disponível em: http://www.sul21.com.br/jornal/ocupar-a-legitimidade-das-regras-por-rafael-kruter-flores/. Acesso em: 03 jan. 2017.

LEFEVBRE, Henri. Critique of daily life. London: Verso, 2014.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002

O MAL EDUCADO – Luta e organização nas escolas. Quem somos? Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PRESTES MOTTA, Fernando. As Organizações Burocráticas e a Sociedade. Educação & Sociedade. Campinas, ano 1, n. 4, 1979.

UBES. #UBESretrospectiva: 2016 foi Ocupar e Resistir! São Paulo, 22 dez. 2016a. Disponível em: http://ubes.org.br/2016/ubesretrospectiva-2016-foi-ocupar-e-resistir/. Acesso em: 20 jan. 2017

UBES. Retrospectiva: relembre as grandes vitórias da Primavera Secundarista. São Paulo, 22 dez. 2016b. Disponível em: http://ubes.org.br/2016/retrospectiva-relembre-as-grandes-vitorias-da-primavera-secundarista/. Acesso em: 20 jan. 2017